



Mapeando o percurso de uma experiência - Cartografia Indígena, o caso do Acre

Mapping the course of an experience – Indigenous Cartography, the case of Acre

1. Renato Antonio Gavazzi  <https://orcid.org/0009-0008-5584-5170>

1. Comissão Pró-Índígenas do Acre - CPI-Acre  Rio Branco, Acre, Brasil

Autor de correspondência: regazzi31@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo apresenta a trajetória de mais de quatro décadas de formação e atuação de professores e Agentes Agroflorestais Indígenas no Acre e Sudoeste do Amazonas, destacando a Cartografia Indígena e o etnomapeamento como instrumentos pedagógicos, políticos e de gestão territorial. A partir de práticas interculturais e participativas, os povos indígenas desenvolveram mapas, materiais didáticos e Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) que integram saberes tradicionais, tecnologias modernas e políticas públicas, fortalecendo a autonomia, a proteção e o monitoramento de suas terras. Casos emblemáticos, como o mapeamento das invasões na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, demonstram o poder político e educativo desses mapas na defesa dos direitos territoriais e na mediação de conflitos. Ao transformar a cartografia em linguagem de resistência, educação e planejamento, o estudo evidencia seu papel central na descolonização do conhecimento geográfico e na construção de alternativas sustentáveis e autônomas de gestão socioambiental.

Palavras Chave: Cartografia indígena; etnomapeamento; gestão territorial; agentes agroflorestais; direitos indígenas

ABSTRACT: This article presents over four decades of experience in training Indigenous human resources in Acre, highlighting the importance of Indigenous Cartography and ethnomapping as pedagogical, political, and territorial management tools. It shows how Indigenous peoples use maps produced by themselves to plan, monitor, and protect their lands, address invasions and socio-environmental conflicts, and strengthen their autonomy and territorial rights. The analysis highlights the integration of traditional knowledge, modern technologies, and public policies, emphasizing the role of Indigenous Agroforestry Agents in environmental monitoring and the development of Territorial and Environmental Management Plans. By transforming maps into instruments of resistance, education, and planning, the study demonstrates how Indigenous cartography contributes to socio-environmental sustainability, cultural valorization, and the decolonization of geographic knowledge.

Keywords: Indigenous cartography; ethnomapping; territorial management; agroforestry agents; indigenous rights

Introdução

Minha experiência de trabalho com a Geografia e a Cartografia junto aos povos indígenas começou no início da década de 1990, quando me incorporei ao programa de formação de professores indígenas, no projeto pioneiro intitulado “Uma Experiência de Autoria”, iniciado em 1983 pela Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI-Acre), organização civil com um sólido histórico de atuação na Amazônia Ocidental brasileira.

O objetivo da minha ida era lecionar a disciplina de Geografia nos cursos de formação de professores indígenas e construir, junto com eles, um programa curricular para as escolas indígenas do Acre. Além disso, participava da organização e realização dos cursos de formação, que aconteciam anualmente, durante cerca de 40 dias, na capital Rio Branco, reunindo professores de diversos povos vindos de diferentes regiões do Acre e também do sudoeste do Amazonas.

O trabalho consistia em prestar assessoria política aos povos indígenas e organizar materiais didáticos de Geografia, de autoria indígena, para as escolas da floresta. Outro aspecto significativo eram as viagens de assessoria às comunidades, onde pude vivenciar uma relação direta com as pessoas das aldeias e conhecer a realidade dos povos com os quais trabalhava. Essas longas viagens pelas Terras Indígenas duravam de um a três meses, realizadas em pequenos aviões até os municípios e, depois, por via fluvial — em barcos ou batelões — até as escolas da floresta.

Essa experiência, uma aventura pelas florestas amazônicas, foi um verdadeiro mergulho na interculturalidade. Permitiu-me observar a diversidade das culturas indígenas, descobrir outros conhecimentos, histórias e geografias, levando-me a desaprender o já aprendido e a reconhecer a riqueza do saber tradicional indígena. Desenvolvi, assim, a destreza necessária para reaprender e caminhar ao lado de outros mundos epistêmicos.

Contexto histórico e institucional da CPI-Acre

As ações desenvolvidas pela CPI-Acre possuem caráter formativo e buscam o diálogo intercultural e o estímulo à autoria indígena. Para compreender essa ação indigenista, é fundamental considerar a centralidade do conceito de autoria, relacionado à educação indígena e à busca por formas de expressar e incentivar práticas de emancipação política e linguístico-educacional entre os povos do Acre.

Para abordar o tema dos mapas indígenas na formação de professores, agentes de saúde e agentes agroflorestais, é necessário retornar à história das quatro décadas de atividades da CPI-Acre.

Criada em 1979, durante a ditadura militar, a instituição consolidou-se como a primeira organização civil do indigenismo acreano, com foco na formação de recursos humanos indígenas, na educação escolar, na saúde, na gestão territorial e ambiental e, mais recentemente, na comunicação. Sua luta inicial foi pela reconquista dos territórios indígenas, em um período em que esses povos desconheciam seus direitos sobre as terras das quais haviam sido excluídos desde o ciclo da borracha — o chamado “tempo da correria”, seguido pelo “tempo do cativeiro”.

Os primeiros estudos para identificação e delimitação das Terras Indígenas ocorreram entre 1976 e 1979 e continuam até hoje. Os mapas começaram a ser utilizados pelos indígenas logo no início dessa luta.

O antropólogo acreano Terri Aquino, um dos fundadores da CPI-Acre, relata que, em 1979, ao iniciar seu trabalho na instituição, considerou essencial distribuir aos povos indígenas os documentos dos primeiros estudos de identificação de suas terras, até então arquivados nas salas burocráticas da FUNAI, o que impedia seu retorno às comunidades. Entre esses documentos estavam mapas com informações relevantes, que se tornaram os primeiros materiais cartográficos acessíveis aos indígenas (Gavazzi, 2012, p. 130).

Quando as Terras Indígenas começaram a ser delimitadas, um dos primeiros trabalhos da CPI-Acre foi a implementação de cooperativas indígenas. Naquele período, quem controlava a comercialização controlava também o poder sobre a terra. Se os indígenas não tivessem alternativas econômicas e políticas ao domínio dos patrões dos seringais, dificilmente conquistariam a autodeterminação em seus territórios.

Os projetos de cooperativas buscavam reunir os indígenas dispersos pelos seringais — subjugados pelos patrões — e oferecer-lhes autonomia política, econômica e cultural, permitindo sua reorganização nas terras recém-identificadas. Entretanto, administrar as cooperativas exigia conhecimentos de matemática e escrita.

Essa necessidade levou à criação da proposta de formação de professores indígenas, com a construção da escola indígena e a elaboração de um currículo próprio. A iniciativa nasceu de uma demanda das lideranças Huni Kuĩ, encaminhada à CPI-Acre por meio da FUNAI, denunciando as precárias condições de saúde e educação em suas comunidades e solicitando apoio para aprender a ler, escrever e realizar cálculos (Aquino, 1987, p. 9).

Dessa demanda surgiu o I Curso de Formação de Monitores Indígenas (professores e agentes de saúde), realizado em Rio Branco, em fevereiro de 1983, com 25 jovens dos povos Huni Kuĩ (Kaxinawá), Noke Koĩ (Katukina), Manxineru, Apurinã, Yawanawá e Jaminawa (Monte, 1997, p.19).

Segundo depoimentos indígenas, antes de conhecerem o mapa em papel, já utilizavam formas próprias de cartografia, desenhando na areia ou na terra com o dedo ou um graveto o curso dos rios, locais de caça, acidentes geográficos ou caminhos da seringa — uma verdadeira cartografia dos sentidos. Entretanto, foi com o programa de formação de professores e agentes de saúde que o trabalho com mapas em papel se consolidou. Inicialmente, os mapas apareciam em disciplinas como História, Línguas e Alfabetização; nos cursos de saúde, eram usados em aulas de saneamento e imunização durante a chamada Aliança dos Povos da Floresta.

Os primeiros mapas indígenas representavam bacias hidrográficas, seringais, colocações, estradas de seringa, aldeias e Terras Indígenas, ilustrando materiais didáticos de alfabetização produzidos pela CPI-Acre. Pode-se afirmar que a elaboração de mapas em papel por sociedades de tradição oral ocorreu simultaneamente à aquisição da escrita, configurando-se como um novo conhecimento híbrido.

Objetivo

O presente estudo teve como objetivo iniciar e consolidar a discussão sobre Geografia e Cartografia junto aos povos indígenas do Acre, promovendo a produção e utilização de conhecimentos cartográficos e geográficos de autoria indígena. Para tanto, buscou-se formar professores e Agentes Agroflorestais Indígenas, integrando saberes tradicionais e métodos modernos; criar uma proposta pedagógica para a disciplina de Geografia nas escolas indígenas; produzir materiais didáticos e mapas de autoria indígena, distribuídos para escolas e famílias, valorizando a língua, o conhecimento local e a percepção do território; e fortalecer as discussões sobre gestão territorial e ambiental, apoiando a elaboração, implementação e utilização de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) como ferramentas de planejamento, monitoramento e proteção das Terras Indígenas do Acre.

Metodologia

A pesquisa se desenvolveu ao longo de mais de quatro décadas de atuação em educação indígena, envolvendo a formação de professores e Agentes Agroflorestais Indígenas no Acre. Inicialmente, cursos, oficinas, intercâmbios, assessorias e pesquisas possibilitaram o fortalecimento dos conhecimentos sobre geografia, cartografia, legislação e gestão territorial, promovendo reflexões acerca dos usos, ocupações e ameaças aos territórios indígenas.

A partir dessas discussões, os participantes passaram a construir coletivamente mapas de seus territórios, debatendo elementos como hidrografia, vegetação, áreas de caça e pesca, fluxos de uso, ocupação histórica, invasões e ampliação territorial. Durante

o processo, surgiram também mapas temáticos específicos — de caça, de trabalho, de vestígios arqueológicos, de deslocamento, de memória e de uso cotidiano — elaborados conforme as demandas e interesses de cada comunidade, evidenciando o caráter dinâmico e plural da cartografia indígena. Esse processo de diálogo e reflexão fundamentou a etapa de etnomapeamento, realizada em oficinas com imagens de satélite georreferenciadas, GPS, drones, smartphones e câmeras digitais, integrando saberes tradicionais e tecnologias modernas.

A relação entre pesquisador e participantes foi construída de forma horizontal e colaborativa. A atuação do pesquisador deu-se como mediador e aprendiz, inserido nas atividades de formação e nas vivências comunitárias, respeitando os tempos, as decisões e os modos próprios de organização dos povos indígenas. Essa postura dialógica possibilitou o reconhecimento de múltiplas perspectivas e consolidou um processo de pesquisa-ação, no qual o conhecimento foi produzido de forma compartilhada e intercultural.

Os resultados do processo — especialmente os mapas e os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) — foram analisados e revisados coletivamente pelas comunidades indígenas, assegurando a precisão das informações e respeitando modos de representação cultural. Posteriormente, esses materiais foram publicados e distribuídos às comunidades e às escolas, fortalecendo as ações locais de planejamento e gestão territorial e ambiental.

O processo contou com a participação ativa de associações indígenas, professores, comunidades e órgãos governamentais, consolidando mapas e PGTAs como instrumentos estratégicos de planejamento, monitoramento e proteção territorial, integrando saberes tradicionais e práticas de gestão contemporâneas.

Discussão dos Resultados

Os mapas e Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) produzidos ao longo do processo tiveram impactos significativos na proteção e gestão das Terras

Indígenas. Entre os casos emblemáticos, destaca-se o professor Huni Kuĩ Joaquim Mana, que utilizou seu mapa para reivindicar o direito à Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã. Os Huni Kuĩ da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá empregaram etnomapas para pacificar relações com indígenas isolados, enquanto os Ashaninka da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia mapearam invasões peruanas, possibilitando denúncias efetivas e ações de fiscalização que resultaram na contenção das invasões em 2010.

Sendo os primeiros PGTAs das Terras Indígenas do Brasil, resultado das oficinas realizadas, grande parte das Terras Indígenas conseguiu organizar e publicar seus próprios planos em pequenos livros. Essa experiência teve impacto significativo, contribuindo para que, em 2012, a ferramenta fosse incorporada à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

A pesquisa também possibilitou a produção de diversos materiais de Geografia de autoria indígena, destinados às escolas das Terras Indígenas do Acre. Além disso, foram elaborados mapas didáticos das Terras Indígenas em línguas indígenas, distribuídos para escolas e famílias. Esses materiais permitiram que os povos observassem seus territórios demarcados, fortalecendo a compreensão do espaço, valorizando o saber tradicional e contribuindo para a produção de recursos pedagógicos em regiões carentes desse tipo de material.

As discussões em cursos de formação de professores e Agentes Agroflorestais, assim como as oficinas de etnomapeamento, demonstraram que os mapas funcionam tanto como instrumentos pedagógicos quanto políticos. Eles fortalecem a autonomia indígena, apoiam o planejamento do uso sustentável dos recursos naturais e contribuem para a consolidação de políticas públicas. A Cartografia Indígena passou a ser incorporada ao currículo escolar, permitindo que os alunos compreendam melhor seu território, seus direitos e as questões socioambientais que o envolvem.

A disciplina de Geografia na formação de professores indígenas do Acre e Sudoeste do Amazonas

No início da década de 1990, ao trabalhar a disciplina de Geografia no programa de formação de professores indígenas, iniciamos uma abordagem mais sistemática da Cartografia Indígena. Nesse período, passou-se a produzir uma grande quantidade de materiais didáticos de autoria indígena para as escolas da floresta. Os professores eram convidados a pensar, falar, escrever, desenhar e representar seus conhecimentos geográficos, organizados depois em cartilhas bilíngues, em português e nas línguas indígenas, possibilitando a apropriação da nova disciplina, a Geografia Indígena, integrada aos modos próprios de conhecer o território.

Figura 1: Fonte: Gavazzi e Resende – Atlas Geográfico Indígena do Acre (1994) **Figura 2:** Fonte: Resende e Gavazzi – Geografia Indígena (1992). **Figura 3:** Fonte: Gavazzi - Geografia Huni Kuĩ (1993)



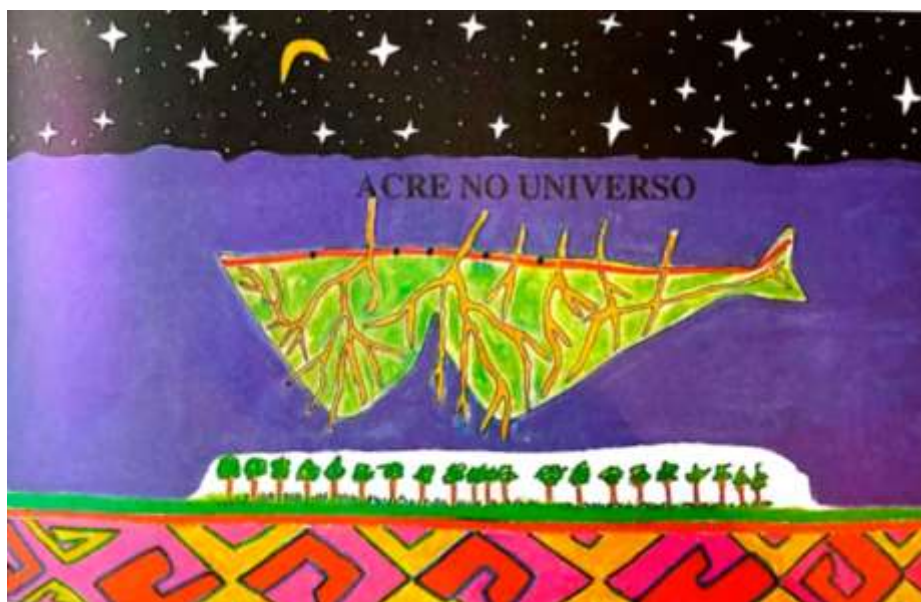
Fonte: Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI-Acre

O mapa tornou-se elemento central nesse processo e passou a ser trabalhado sob um enfoque político e pedagógico, a partir de uma demanda dos próprios professores. Muitos nunca haviam visto um mapa e se perguntavam: “para que serve o mapa? Como compreender os mapas de nossas terras? Como entender os mapas dos *cariú* (não indígenas)?”

Para responder a essas questões, propôs-se a produção de mapas mentais dos espaços de vida, incluindo o céu, as estrelas, a floresta, os rios, os animais, os humanos e os não humanos. As atividades de mapeamento começaram com desenhos das

aldeias, colocações, estradas de seringa, bacias hidrográficas, Terras Indígenas, cidades, o estado do Acre, o Brasil e o mundo. Cada professor pôde representar seu espaço vivido ou imaginado, sem preocupação técnica, valorizando a visão de mundo de cada povo. Essa valorização das perspectivas indígenas ficou evidente em declarações como a do professor Jaime Manchineri (In: Gavazzi e Resende, 1994, p. 12), que afirmou: “Todas as estrelas que existem no universo são fêmeas, e todas elas olham o Acre”, evidenciando a maneira singular como os povos indígenas relacionam o universo e seu território.

Figura 4: O Acre no universo – Atlas Geográfico Indígena do Acre (1994). imagem José Mateus Itsairu Huni Kuĩ



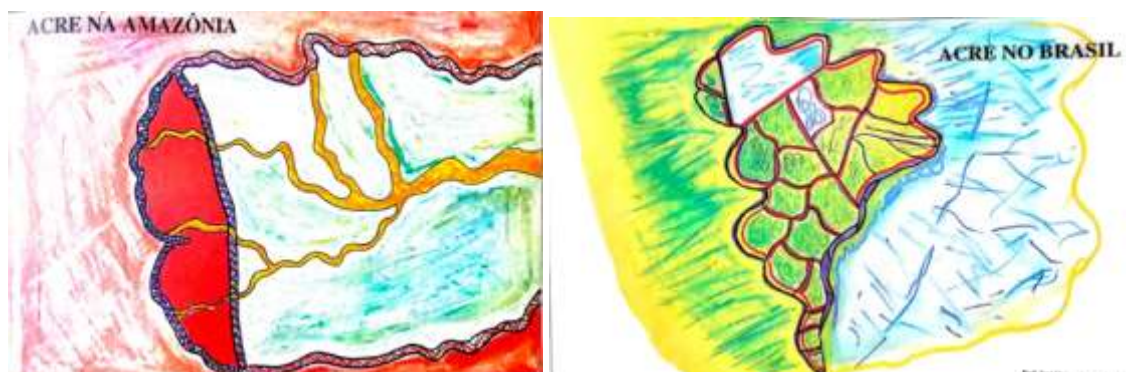
Fonte: Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI-Acre

No decorrer do processo, a construção de legendas, escalas e símbolos surgiu de maneira integrada à experiência indígena. A escala relacionava espaço e tempo — um centímetro podia corresponder a uma hora, duas horas ou um dia de caminhada — e as cores refletiam significados locais: amarelo para rios barrentos, azul para fontes de água potável, vermelho para trilhas e marrom para limites das Terras Indígenas. Ao final, foram criados 20 símbolos padronizados, utilizados em todos os mapas posteriores, permitindo compreender tanto os elementos da cartografia ocidental, como pontos

cardeais e rosa dos ventos, quanto os meios tradicionais de orientação, como o nascente, o poente, o caminho das águas e as estrelas.

Um dos resultados mais expressivos desse trabalho foi o Atlas Geográfico Indígena do Acre (1994), elaborado durante os cursos de formação. De autoria indígena, o atlas apresenta uma nova leitura da ocupação do espaço amazônico, articulando o local, o nacional e o planetário. Além da geografia física, aborda territórios tradicionais, invasões históricas, situação atual das Terras Indígenas, bem como aspectos linguísticos, ambientais, econômicos e culturais. Fruto de três cursos realizados na década de 1990, o atlas foi produzido coletivamente pelos professores indígenas, que refletiram sobre o avanço das frentes de ocupação capitalista e registraram a história de seus territórios como parte integrante da história do Brasil.

Figura 5: Acre na Amazônia – imagem Beijamim André Shere Katukina. **Figura 6:** Acre no Brasil, imagem José Mateus Itsairu Kaxinawa



Fonte: Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI-Acre

O estudo da Geografia e da Cartografia permitiu discutir as diferentes formas de interação entre sociedades e meio ambiente, identificando modos próprios de ocupação e construção do espaço vinculados à cultura, ao trabalho, à natureza e ao sagrado. Trabalhar a Geografia e a Cartografia entre os povos indígenas revelou-se fundamental para o fortalecimento político e cultural das comunidades, estimulando formas autônomas de organização e gestão territorial. Nessa perspectiva, dialoga-se com a concepção de Milton Santos (2006, p. 39), segundo a qual os sistemas de objetos e os sistemas de ações interagem continuamente — os objetos condicionam as ações,

enquanto as ações transformam e criam novos objetos. Assim, o espaço é resultado dinâmico dessa relação, o que, no contexto indígena, se traduz na produção de territórios vivos, onde o conhecimento tradicional e as práticas socioculturais moldam e ressignificam o ambiente.

Outro aspecto central foi a produção de materiais didáticos específicos para as escolas da floresta, que registram e divulgam os modos de vida indígenas, fortalecendo a autoestima, a língua e a identidade. Esses materiais expressam o ideal político da autodeterminação e a função dos professores indígenas como pesquisadores e autores de conhecimentos produzidos em diálogo entre mundos — o técnico e o simbólico, o tradicional e o moderno — refletindo a inseparabilidade entre razão e emoção na produção do espaço. Como observa Milton Santos (2006, p. 216), a interação entre sistemas de objetos e de ações transforma o espaço de maneira dinâmica. Nesse sentido, o ensino da Cartografia nas aldeias não é apenas uma prática pedagógica, mas um exercício político e existencial de recriação do espaço a partir das lógicas e temporalidades próprias de cada povo.

A Cartografia na Formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas

Há quase três décadas, surgiu no Acre uma nova categoria social estratégica: os Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Essa geração nasceu de processos educativos interculturais, que ampliaram o acesso à escrita, a uma segunda língua e a outros saberes necessários ao diálogo com a sociedade não indígena. Formados para atuar na gestão territorial e ambiental, esses agentes fortalecem suas comunidades por meio de políticas, projetos e práticas intercientíficas, promovendo desenvolvimento sustentável e novas formas de vida (Gavazzi, 2012, p. 135).

Após a demarcação de suas terras, os povos indígenas reivindicaram políticas de proteção, vigilância e autonomia territorial, buscando consolidar formas próprias de organização econômica, social e cultural. A formação dos AAFIs surgiu para atender a essa demanda, contribuindo para reverter processos de degradação ambiental e fortalecer a autodeterminação dos povos.

Desde o primeiro curso, em 1996, a disciplina Cartografia Indígena ocupa papel central. As atividades de mapeamento permitem compreender o território em suas múltiplas dimensões — natural, cultural e política — e capacitam os agentes a elaborar mapas de uso e manejo dos recursos, realizar diagnósticos socioambientais e planejar estratégias de proteção contra invasões.

Os mapas mentais, instrumentos etnográficos, políticos e culturais, representam graficamente os lugares vividos, conhecidos ou imaginados, incorporando formas, histórias e símbolos dos territórios ancestrais. Produzidos à mão livre, trazem título, legenda e, às vezes, escala, traduzindo a relação entre tempo e espaço como dimensão de vida. Apresentam uma visão híbrida: rios, trilhas e áreas de floresta são vistos de cima; casas, pessoas, árvores e animais, de frente, combinando a perspectiva aérea da cartografia ocidental com o olhar experiencial indígena.

Figura 7: Agente Agroflorestal mapeando áreas de uso dos recursos naturais no entorno da aldeia foto Romualdo. **Figura 8:** Atividade de mapeamento dos recursos hídricos da Terra Indígena Kaxinawa da Praia do Carapanã, foto Gavazzi



Fonte: Comissão Pró-Índigenas do Acre – CPI- Acre

Nos primeiros anos, os mapas mentais serviram de base para diagnósticos socioambientais e discussões sobre o uso e conservação dos recursos. Os AAFIs mapearam bacias hidrográficas, roçados, sistemas e quintais agroflorestais, e práticas de manejo de animais. Esses mapas tornaram-se ferramentas de reflexão e ação coletiva,

permitindo planejar estratégias de manejo sustentável, monitorar invasões e proteger florestas e territórios (Gavazzi, 2011, p. 239).

A construção dos mapas e a estética da Cartografia Indígena

Nas aulas de Cartografia Indígena, os Agentes Agroflorestais utilizam diferentes tipos de papel — canson, arches, madeira, sulfite e cartolina — e materiais como lápis de cor, guache, aquarela, nanquim e giz de cera, buscando expressar seu conhecimento geográfico de forma rica e detalhada. Folhas grandes são valorizadas, e os mapas são elaborados cuidadosamente, iniciando com lápis e borracha, ganhando contornos em nanquim ou caneta preta e, finalmente, coloridos de acordo com a legenda indígena. Esse processo, muitas vezes demorado, pode levar dias, evidenciando o cuidado e o prazer que os indígenas dedicam à atividade (Gavazzi, 2012. P. 138).

Figura 9: Mapa do Diagnostico Ambiental da Terra Indígena Kaxinawa Seringal Independência, imagem Edson Ixã Huni Kuĩ



Fonte: Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI- Acre

O aspecto artístico dos mapas reflete a presença da arte em toda a vida indígena. A estética indígena se manifesta na composição de cores, plasticidade e originalidade dos mapas, que combinam liberdade, informalidade e vitalidade com representação

territorial. Cada povo desenvolve um estilo próprio, visível nos traços e elementos gráficos, como os *kene kuĩ* dos Huni Kuĩ, desenhos geométricos tradicionais que representam animais, plantas e saberes ancestrais, usados também nas pinturas corporais, cerâmicas e tecidos. Outros povos, como os Ashaninka, incorporam indumentárias tradicionais em seus mapas. Assim, os mapas transcendem a função cartográfica e se tornam obras de arte vivas, refletindo identidades étnicas e concepções do universo.

Além da estética, os mapas indígenas têm dimensão política. Títulos e legendas bilíngues — em português e línguas indígenas, muitas vezes com neologismos — reforçam a valorização cultural e a autodeterminação dos povos, permitindo comunicação interna e com a sociedade nacional e internacional. Por meio deles, os Agentes Agroflorestais expressam reivindicações sobre território, saúde, proteção ambiental e reconhecimento cultural. Assim, os mapas se tornam instrumentos que articulam conhecimento, estética e política, revelando a relação profunda entre os povos indígenas e suas terras.

A cartografia em sala de aula

No programa de formação dos Agentes Agroflorestais, as aulas de cartografia permitem refletir, discutir e planejar estratégias de proteção dos territórios indígenas, considerando relações históricas, sociais, culturais, ambientais e econômicas em diálogo com outros saberes. Nas atividades de mapeamento, os agentes elaboram mapas individuais e coletivos sobre uso da terra, recursos naturais, modelos agroecológicos e áreas de atuação profissional, favorecendo diagnósticos socioambientais e planejamento de gestão territorial.

Os mapas também servem como instrumentos pedagógicos e políticos. Durante as plenárias, os agentes apresentam seus trabalhos, discutem problemas e estratégias de proteção, e compartilham informações sobre invasões, degradação ambiental, uso de recursos naturais, áreas agrícolas, sistemas agroflorestais, pesca, caça e recuperação de áreas degradadas. Além dos mapas, produzem etnolevantamentos e desenhos,

incorporando rios, trilhas, áreas de roçados e territórios ancestrais, registrando percepções geográficas, culturais e históricas.

Figura 10: Atividade de mapeamento da área de uso dos recursos naturais – Terra Indígena Kaxinawa do Rio Jordão, Foto José Ferreiro. **Figura 11:** Ashaninka vendo as áreas de invasão no roubo de madeira na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, Foto Marcio Sztutman



Fonte: Comissão Pró-Índigenas do Acre – CPI- Acre

Mapear envolve identificar, classificar, nomear e planejar o uso e manejo dos territórios, refletindo sobre áreas de refúgio da fauna, sítios arqueológicos e culturais, rotas de comunicação e zonas de conflito. Os mapas são bilíngues, frequentemente em português e línguas indígenas, fortalecendo a valorização cultural e contribuindo para políticas públicas de gestão e proteção territorial. Produzidos a partir de múltiplos olhares, os mapas indígenas são documentos etnográficos que incorporam conhecimento profundo do espaço local, consolidam planos de gestão territorial e ambiental e apoiam o desenvolvimento sustentável das comunidades em harmonia com seus ecossistemas.

A geograficidade nos diários de trabalho dos Agentes Agroflorestais Indígenas

Para os povos indígenas do Acre, a alfabetização é relativamente recente, iniciada na década de 1980 com as escolas indígenas. Atualmente, todos os Agentes Agroflorestais registram suas atividades em diários de trabalho, em língua indígena e portuguesa, incorporando à prática profissional o registro detalhado de suas ações e experiências cotidianas. Esses cadernos documentam deslocamentos, lugares

frequentados, atividades profissionais, culturais e recreativas, integrando mapas que expressam visualmente o pensamento indígena sobre o território.

Figura Diário 12: de trabalho registrando a coleta de palhas para confeccionar vestimentas para uma festa na comunidade – AAFI Raimundo Ixã Kaxinawa – Terra Indígena Kaxinawa do Rio Jordão **Figura 13:** Diário de trabalho que registra a produção de melancia na praia – Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu (AAFI Acelino Sales Huni Kuĩ



Fonte: Comissão Pró-Índígenas do Acre – CPI- Acre

Nos diários, os Agentes registram o uso, manejo e conservação de recursos naturais, relacionando-se com a terra, a floresta e a comunidade. As atividades documentadas incluem caça, pesca, cultivo, agrofloresta, coleta de recursos, reuniões, trabalhos comunitários, viagens, pesquisas e rituais. Muitos desses registros funcionam como pequenos atlas geográficos, combinando trajetórias, relações sociais, manejo ambiental e significados simbólicos, revelando dimensões da vida indígena pouco conhecidas pela ciência ocidental. Assim, os diários constituem instrumentos de compreensão da realidade, do espaço e das experiências humanas, integrando a Cartografia Indígena ao currículo de formação dos Agentes Agroflorestais (Gavazzi, 2026).

Mapeamento georreferenciado e oficinas de etnomapeamento

A partir de 2004, com a maior disponibilidade de tecnologias de mapeamento, como Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e sensoriamento remoto, a CPI-Acre, em parceria com a AMAAIAC, iniciou o mapeamento georreferenciado nas Oficinas de

Etnomapeamento. Essas atividades integraram o projeto “Conservação Transfronteiriça da Região da Serra do Divisor (Acre/Ucayali)”, voltado à proteção dos povos indígenas e à conservação da biodiversidade do Alto Rio Juruá e da Serra do Divisor, envolvendo instituições brasileiras e peruanas.

Foram realizadas doze oficinas em oito Terras Indígenas na faixa de fronteira, com participação de associações indígenas, da OPIAC e da OPIRJ. O projeto durou de 2004 a 2006, com cada Terra Indígena recebendo duas oficinas por ano. Após o término, a CPI-Acre manteve oficinas participativas de etnomapeamento, centradas na formação de indígenas para a gestão de seus territórios, em processos contínuos cujos resultados se desdobram em mapas temáticos cada vez mais específicos.

Coletivamente, foram elaborados oito etnomapas temáticos — hidrografia, vegetação, pesca, caça, fluxo de caça, áreas de uso, ocupação histórica e invasões — com escalas baseadas em hidrográficas georreferenciadas por imagens de satélite. Esses mapas permitiram aos povos indígenas conhecer, refletir e planejar a gestão de seus territórios, atuando como protagonistas desses processos.

Monitoramento ambiental e proteção das Terras Indígenas

O monitoramento ambiental integra a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas, fundamentais para proteger Terras Indígenas ameaçadas por madeireiros, garimpeiros, narcotraficantes, caçadores e o avanço do agronegócio. Além dos marcos legais, a proteção exige gestão territorial, fortalecimento das associações indígenas e instrumentos de monitoramento adequados à realidade local (Silva, 2020).

A capacitação combina o conhecimento dos direitos constitucionais e da legislação ambiental com tecnologias modernas, como smartphones com aplicativos georreferenciados, GPS, drones, câmeras digitais e imagens de satélite. Nos treinamentos com drones, os agentes aprendem a sobrevoar, captar imagens e gerar mapas georreferenciados, permitindo coletar, armazenar, comunicar e analisar dados

sobre desmatamento, incêndios, biodiversidade e atividades ilegais, formalizando denúncias às autoridades competentes.

Figura 14: Agentes Agroflorestais usando celular para identificar invasão em Terra Indígena, foto Frank Silva. **Figura 15:** Curso de Formação de Agente Agroflorestal Indígena – atividade de mapeamento, foto Ila Verus



Fonte: Comissão Pró-Índígenas do Acre – CPI- Acre

Essas ações permitem que os Agentes Agroflorestais, junto às comunidades, planejem estratégias de vigilância e fiscalização previstas nos planos de monitoramento indígena, garantindo a gestão e proteção dos territórios e a manutenção dos modos de vida tradicionais. A capacitação em proteção territorial é, assim, um espaço educativo essencial para construir, socializar e aplicar conhecimentos sobre vigilância e monitoramento ambiental.

Cartografia e políticas públicas indígenas

Os primeiros Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras Indígenas no Brasil surgiram em 2004, nas oficinas de etnomapeamento conduzidas pela Comissão Pró-Índígenas do Acre e pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. Inicialmente voltados a oito Terras Indígenas da faixa de fronteira Brasil/Peru, esses planos foram incorporados, cinco anos depois, como

políticas públicas pelo Estado do Acre, por meio da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). Atualmente, o Acre possui 29 PGTAs.

As experiências do Acre influenciaram o país a nível nacional: em 2012, um Decreto Presidencial instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, consolidando os planos de gestão e o mapeamento participativo como instrumentos centrais para a proteção e gestão territorial dos povos indígenas.

Os planos de gestão, também chamados de cartas de intenções ou acordos coletivos, orientam o uso da terra, o manejo de recursos naturais e o desenvolvimento comunitário, articulando políticas ambientais do entorno. Na metodologia aplicada, nenhum plano é elaborado sem que antes a comunidade participe do mapeamento participativo de sua Terra Indígena, permitindo reflexão coletiva sobre o território.

Nos planos, as comunidades discutem questões socioeconômicas, culturais e ambientais, incluindo saneamento, caça, pesca, cultivo de frutíferas, perda de sementes tradicionais, manejo florestal, áreas de refúgio para fauna, saúde ambiental, educação, transporte, vigilância territorial e impactos transfronteiriços, como invasões, narcotráfico, desmatamento, queimadas e pecuária.

Esses planos são compromissos coletivos que garantem proteção, controle territorial e sustentabilidade social e ambiental, respeitando a cultura e as especificidades de cada povo. Ao orientar o uso da terra e dos recursos, os PGTAs também auxiliam o governo e organizações civis na identificação de demandas e na organização do suporte técnico e financeiro necessário para atendê-las, consolidando a cartografia indígena como instrumento estratégico de planejamento e políticas públicas.

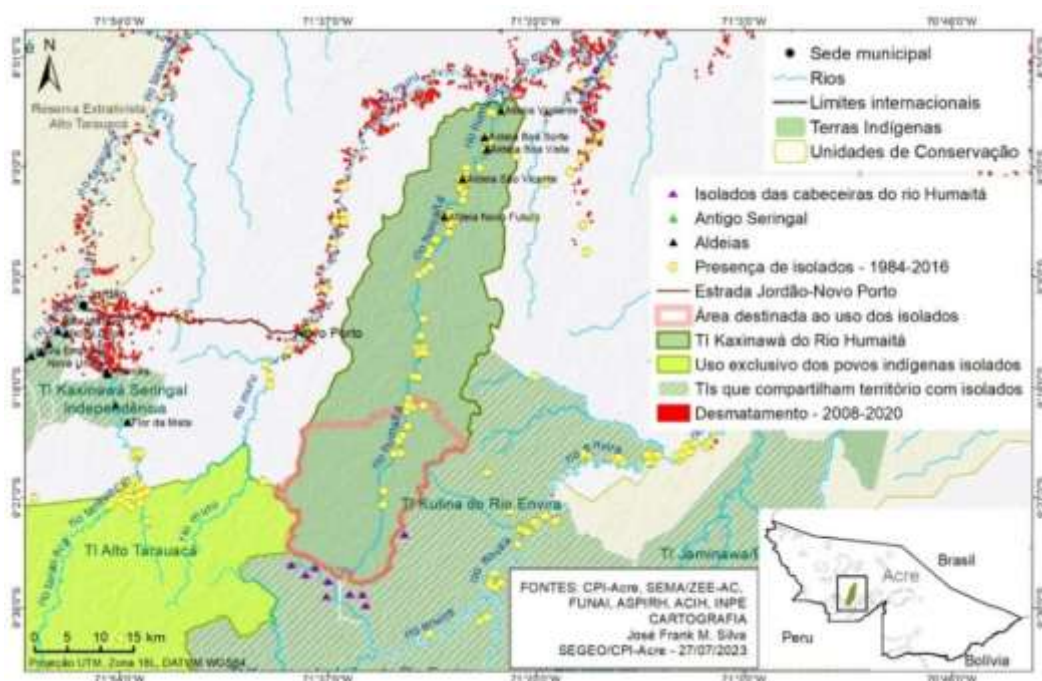
O poder político dos mapas nas mãos dos povos indígenas

Os mapas elaborados pelos povos indígenas têm demonstrado grande poder político na reivindicação e gestão de seus territórios. Um exemplo notável é o do professor Huni Kuĩ, Joaquim Mana, que apresentou aos órgãos oficiais o mapa por ele elaborado durante um curso de geografia, utilizado no processo de demarcação de sua

terra. No mapa, as linhas divisórias do território reivindicado eram delimitadas pelas águas dos igarapés, tornando-se um instrumento decisivo nas discussões em Brasília. Esse trabalho contribuiu para a demarcação da Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã, em 2000, com 60.698 hectares (Gavazzi, 2003).

Outro caso significativo envolve a Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, onde a presença voluntária de indígenas isolados em territórios comuns gerou tensões entre os Huni Kuĩ, o governo e comunidades vizinhas. Historicamente, os povos isolados resistiram à violência da colonização e a outras ameaças ao seu modo de vida. Nos últimos 30 anos, a pressão sobre o território aumentou, ocasionando casos de furtos de ferramentas e materiais, o que intensificou conflitos interétnicos.

Figura 16: Mapa de presença de indígenas isolados voluntariamente na Terra Indígena Kaxinawa do Rio Humaita e seu entorno – Fonte Comissão Pró-Indígenas do Acre



Fonte: Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI- Acre

Temendo contato forçado com os isolados — desencorajado pelo governo federal devido a experiências passadas desastrosas da FUNAI — os Huni Kuĩ participaram de duas oficinas de etnomapeamento (2009 e 2013) para rediscutir o plano

de gestão de sua terra, sistematizado em 2005. Nessas oficinas, os mapas sobre a presença de índios isolados foram ferramentas essenciais para apoiar negociações, desenvolver estratégias de proteção e monitoramento, e apaziguar conflitos interétnicos (Rocha, 2013, p. 88).

Esses exemplos demonstram que os mapas indígenas não são apenas representações geográficas: são instrumentos de poder político, mediação de conflitos e gestão territorial, fortalecendo direitos e políticas de proteção para os povos tradicionais e isolados.

Mapeamento de invasões na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia: um ato político

Mesmo após a demarcação e regularização, as Terras Indígenas continuam sendo alvo de invasões; estima-se que cerca de 85% delas no Brasil sofrem algum tipo de ocupação irregular. Na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, os Ashaninka enfrentaram graves problemas de invasões entre 2000 e 2010, quando madeireiros peruanos adentraram o território para roubo de mogno e cedro.

Com extensão de 87.205 hectares e fronteira direta com o Peru, a terra Ashaninka tornou-se pressionada devido à conversão de quase 4 milhões de hectares no departamento de Ucayali em “florestas de produção permanente” para concessões madeireiras, a maioria controlada por empresas estrangeiras. Aproximadamente 3 milhões desses hectares estavam na faixa de fronteira com o Acre, e a falta de controle do governo peruano sobre essas concessões permitiu que a ilegalidade e o trabalho forçado avançassem para o território brasileiro, afetando tanto o Parque Nacional da Serra do Divisor quanto a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.

Diante das invasões, os Ashaninka começaram a registrar denúncias desde 2000, mas não obtiveram respostas do governo brasileiro, que inicialmente alegava que os incidentes não ocorriam em território nacional. A situação só mudou em 2004, durante a Semana Ashaninka realizada em Brasília, quando os Ashaninka apresentaram o etnomapeamento de seu território. Os etnomapas detalhavam estradas de acesso dos

invasores, acampamentos, árvores abatidas, ramais de retirada de madeira e até pistas de pouso.

Figura 17: Os Ashaninka mostrando o mapa de invasão madeireira em sua terra para a ministra do Meio Ambiente, foto Martin da Vila. **Figura 18:** Madeiras apreendidas na terra Ashaninka pelo exército, foto arquivo CPI-Acre



Fonte: Comissão Pró-Índígenas do Acre – CPI- Acre

Esses mapas tiveram papel decisivo como instrumento político: facilitaram a comunicação com órgãos governamentais, reforçaram as denúncias dos Ashaninka e impulsionaram ações de vigilância e fiscalização por parte do Exército Brasileiro, Polícia Federal, FUNAI e IBAMA na faixa de fronteira Brasil/Acre e Peru/Ucayali. Graças à articulação entre os Ashaninka, organizações civis e a atuação das instituições brasileiras, as invasões foram efetivamente controladas e consideradas encerradas em 2010 (Gavazzi, 2018, p. 111).

O caso demonstra que o mapeamento participativo não é apenas uma atividade técnica: é um ato político capaz de visibilizar ameaças, consolidar direitos territoriais e fortalecer estratégias de proteção indígena.

Considerações finais

A experiência aqui relatada insere-se em ações educacionais voltadas à formação de recursos humanos indígenas, desenvolvidas ao longo de mais de quatro décadas. Ela apresenta o início do trabalho com geografia e cartografia na formação de professores indígenas, com ênfase crescente na Cartografia Indígena, especialmente na disciplina voltada à formação de Agentes Agroflorestais Indígenas. Essa formação, voltada à

gestão territorial, se apoia em cursos, oficinas, assessorias, intercâmbios e pesquisas indígenas.

Os mapas e atividades de mapeamento fazem parte de estratégias que auxiliam os povos indígenas do Acre a garantir sua autonomia, proteger seus direitos e participar ativamente da gestão e preservação de seus territórios. Cabe à União apoiar e promover essas atividades, respeitando usos, costumes, tradições e formas de organização indígenas. Apesar disso, a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas no Brasil continua sendo um grande desafio, dado que a proteção de seus territórios representa, segundo os próprios indígenas, uma eterna luta desde a chegada dos colonizadores. O entorno das Terras Indígenas é frequentemente pressionado por modelos de ocupação e desenvolvimento neoextrativistas, caracterizados pelo desflorestamento para o agronegócio, uso intensivo de agrotóxicos, exploração descontrolada de recursos naturais e grandes projetos de infraestrutura.

Nas últimas quatro décadas, observou-se um aumento na demanda por metodologias de mapeamento junto aos povos indígenas, como etnomapeamento, etnozoneamento e cartografia social. Muitas dessas experiências participativas e pedagógicas se desenvolveram como instrumentos políticos na luta pelos direitos territoriais, evidenciando a importância do conhecimento tradicional. Os mapas produzidos pelos próprios povos indígenas permitem que eles planejem e gerenciem suas terras, revertendo em seu favor uma ferramenta que historicamente foi usada contra eles.

Hoje, os indígenas elaboram seus próprios mapas, refletindo sobre seus territórios a partir de uma perspectiva de resistência, melhoria da qualidade de vida e proteção sustentável dos recursos naturais e agroflorestais. Essas atividades possibilitam a construção de conhecimentos, a definição de valores sobre a relação com “o outro” e a formulação de estratégias para compreender criticamente as formas contemporâneas de ocupação territorial e as interdependências sociais, econômicas, políticas e ecológicas.

Os mapas indígenas são também recursos pedagógicos para descolonizar a geografia, sendo utilizados nas escolas das aldeias nas aulas de geografia, história, gestão territorial e outras disciplinas do currículo escolar indígena. Eles estimulam o conhecimento do território, do direito às terras habitadas e promovem maior conscientização sobre a territorialidade indígena e questões socioambientais.

Para que a cartografia seja efetivamente utilizada como instrumento de gestão territorial, é necessário envolver diversos atores indígenas, além de Agentes Agroflorestais e professores. Nesse sentido, as oficinas de etnomapeamento envolveram grande parte das comunidades, permitindo a pesquisa, reflexão e discussão das dinâmicas territoriais, e a criação de estratégias de proteção e gestão dos recursos naturais. Os mapas indígenas preenchem lacunas nos mapas oficiais, expressam opiniões, ideias e preferências estéticas, e constituem recursos valiosos para fins políticos.

A Cartografia Indígena também contribui para que os Agentes Agroflorestais elaborem zoneamentos socioambientais, a partir de diagnósticos das condições das Terras Indígenas. O mapeamento apoia a consolidação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental, Planos de Monitoramento e outros instrumentos de gestão, fortalecendo o planejamento do uso, manejo e conservação dos recursos naturais e a proteção territorial.

Os mapas produzidos coletivamente são resultados de diálogos e reflexões materializadas em papel, mas não são estáticos; representam processos contínuos de interação entre comunidades, assessores, vizinhos e o Estado. São também símbolos de esperança, sonhos por um futuro mais justo, plural e inclusivo, em que os povos indígenas possam viver com autonomia, segurança e respeito às suas culturas.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Terri Vale de. Breve história do contato. (Org.) Cabral, Ana Suely A. C; MONSERRAT, Ruth M. F.; MONTE Nietta L. **Por uma educação indígena diferenciada.**

Ministério da Cultura, Fundação Nacional Prómémória, Centro Nacional de referência Cultural, Brasil, 1987, p. 7 - 9.

GAVAZZI, Renato Antonio. **A geograficidade nos diários de trabalho dos agentes agroflorestais indígenas do Acre**. GeoAtos Revista de Geografia em Atos, v. 10, n. 00, Presidente Prudente, 2026, p. 1-20.

GAVAZZI, Renato Antonio. La cartografía a través del tiempo: de los instrumentos de dominación a los mapas indígenas de Acre, Amazonia brasileña, In: (Coord.) STRUKELJ, Pedro **Cartografia Indígena – Descolonizando mente y espacio**. Casa Amèrica Catalunya, Barcelona, Ano 2024. P. 12-77.

GAVAZZI, Renato Antonio. Indigenous Cartography in Acre – influencing Public Policy in Brazil. In: (Org.) Halder, Severin *at al*. **This is not an atlas**. Düsseldorf, 2018, p. 110-115.

GAVAZZI, Renato Antonio. Uma experiência de gestão territorial nas Terras Indígenas do Acre, In: (Org.) Almeida, Maria Inês **Tabebuia – Índios, Pensamento, Educação**. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2011, p. 236-249.

GAVAZZI, Renato Antonio e RESENDE, Marcia Spyer. **Atlas Geográfico Indígena do Acre**. Setor de Educação, Comissão Pró-Índio do Acre, Rio Branco, 1992.

MONTE, Nietta Lindenberg. Escolas Formais – Agências Mediadora. In: (Org.) CABRAL, Ana Suely A. C., MONSERRAT, Rutt M. F., Monte, Nietta Lindenberg. **Por Uma Educação Indígena Diferenciada**. Fundação Nacional próMemória, Brasília, 1987, p. 11-60.

ROCHA, Catelli Marcos. **Relatório da oficina de revisão do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá com informações sobre os índios isolados**. Comissão Pró-Índio do Acre - CPI/AC, Rio Branco, 2013, p. 2-149, mimeo.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo, 2006, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP).

SILVA, José Frank M. **Proteção territorial e estratégias de monitoramento das Terras Indígenas do Povo Huni Kuĩ do Jordão**. Setor de Geoprocessamento – SEGEO, Comissão Pró Índio do Acre - CPI-Acre, Rio Branco, 2020, mimeo.

Recebido: 27/10/2025 Publicado: 09/08/2026

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito